

Agronegócio: Um setor em busca do protagonismo

O presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Carlos Corrêa Carvalho, discute as atuais demandas e as dificuldades enfrentadas pelo setor.



O agronegócio busca para si um protagonismo equivalente ao de sua importância para a economia do País. O setor é o principal - senão o único - responsável pelo superávit da balança comercial brasileira, registrando nos últimos anos taxas chinesas de crescimento, de 6% a 7,5% ao ano. O impacto disto é tão grande, que o agronegócio acaba por carregar os outros setores econômicos sob o ponto de vista da balança de pagamentos e de viabilização do próprio País. "Se olharmos 15 anos para trás para vermos aonde chegamos hoje, soa inacreditável nosso avanço. Se analisarmos o Brasil sob a ótica do agronegócio veremos que o país está, de fato, aceleradíssimo. No entanto, o crescimento econômico do Brasil é mínimo, para não dizer que já vivemos uma estagnação", analisa Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

Objetivando ter voz mais ativa nos debates e decisões em temas de seu interesse, o agronegócio vem se articulando ao longo dos últimos anos. Um processo que começa a dar seus frutos. Nas atuais eleições, por exemplo, os principais candidatos procuraram o setor para conversar e apresentar suas propostas. Ao mesmo tempo, o agronegócio buscou analisar os programas de governo, pautou assuntos e apresentou sua posição frente a diversas questões produtivas e conjunturais. "Preparamos um documento que foi entregue aos candidatos à presidência com uma proposta de governança muito interessante para o setor. Ouvimos a todos, então conseguimos construir um documento comum mostrando para os candidatos qual é a visão do agronegócio brasileiro a respeito dos grandes problemas e das medidas importantes a serem tomadas", ressalta Carvalho.

Nesta entrevista, o presidente da Abag discute os caminhos futuros do agronegócio, passando pelos mais diversos assuntos: segurança jurídica no campo, seguro rural, defesa sanitária, um Ministério da Agricultura forte e, claro, eleições. Confira.

Guia Gessulli - O acelerado crescimento demográfico, da renda per capita e da urbanização na Ásia, especialmente na China, abre uma enorme janela de oportunidades para o agronegócio brasileiro. FAO e OCDE acreditam que o Brasil deverá responder por, pelo menos, 40% do fornecimento de alimentos projetados até 2050. A pergunta é: dados os inúmeros gargalos enfrentados pelo agronegócio nacional, o Brasil conseguirá aproveitar essa oportunidade de maneira plena?

Luiz Carlos Corrêa Carvalho - Essa é a pergunta que o governo brasileiro deveria fazer a si mesmo, sobretudo sob a ótica do planejamento. O Brasil se esqueceu do planejamento há muitos anos. E, na verdade, o setor privado vem bancando todo o risco inerente aos negócios da agricultura. Existem, hoje, muito poucos instrumentos de suporte de política agrícola para reduzir essa exposição ao risco que o setor tem. E ainda assim, a grande verdade é que o trabalho que o setor produtivo do agronegócio fez é inacreditável. Se olharmos 15 anos para trás para vermos aonde chegamos hoje, soa inacreditável nosso avanço. Temos crescido entre 6% e 7,5% ao ano, o que configura um crescimento padrão Índia-China. Se analisarmos o Brasil sob a ótica do agronegócio veremos que o país está, de fato, aceleradíssimo, numa análise de grande importância global. O Brasil é, de fato, uma referência de crescimento extraordinário. E, no entanto, o crescimento econômico do Brasil é mínimo, para não dizer que já vivemos uma estagnação. Só que vivemos essa situação mesmo com esse crescimento notável do agronegócio. Ou seja, a consequência lógica dessa análise simples é que o agronegócio acaba carregando os outros setores nas costas, do ponto de vista de balança de pagamentos e de viabilização de País. Então essa é uma reflexão importante a se fazer.

GG - Isso significa que FAO e OCDE acertam quando projetam o Brasil como celeiro do mundo?

Carvalho - É natural que, tanto a OCDE quanto a FAO, elejam o Brasil como aquele que tem possibilidade de atender esse crescimento inacreditável da demanda mundial por alimentos. A demanda cresce em função não só do crescimento da renda e da população, mas também por conta do processo de urbanização extremamente acelerado que estamos vivendo. A urbanização muda os hábitos. Na Ásia, por exemplo, aonde a renda per capita vem crescendo - embora seja ainda muito menor do que a do Brasil - as pessoas começam a buscar proteína. Os chineses, por exemplo, querem comer carne ao invés de simplesmente comer o milho. Isso tem um grande impacto. O crescimento da demanda por proteínas acaba gerando o crescimento da produção de milho, da soja e seus derivados. Ou seja, é de fato uma "bola de neve" de crescimento e o Brasil é um dos poucos países do mundo que pode atendê-lo. Temos registrado ao longo dos anos ganhos excepcionais de produtividade. Nossa produtividade é "n" vezes maior do que o aumento de área, que é pequeno para a realidade do que estamos aumentando em produção e com isso o Brasil acaba tornando-se uma referência mundial. Porque no mundo a média de produtividade vem caindo. E quando se tem uma visão de queda de produtividade imediatamente se em uma preocupação terrível. Volta-se a Malthus [Thomas Robert Malthus, economista britânico considerado o pai da demografia por sua teoria para o controle do aumento populacional, conhecida como malthusianismo] e acaba-se achando que, de fato, não seremos capazes de atender o crescimento da demanda mundial por alimentos.

GG - Dentro dessa análise, os olhos do agronegócio brasileiro têm que ficar focados na Ásia?

Carvalho - Olha, obviamente brincado, mas ao mesmo tempo falando sério. Se você perguntar para um auditório seletivo qual foi o melhor governo que tivemos para o agronegócio vão dizer que foi o governo da China. Porque isso é verdade. E hoje o agronegócio brasileiro tem consciência do peso e da importância da Ásia para o seu crescimento. O Brasil viveu no Século XX, assim como o mundo todo, uma queda real dos preços dos produtos do agronegócio de 48%, o que, por sua vez, dá um índice de [desvalorização] de 2% ao ano. Para se reduzir custos de 2% ao ano é preciso ser excepcional. Quem sobreviveu sem subsídios - porque quando falamos do resto do mundo rico eles funcionam à base de subsídios, à base de suporte do governo - mostrou muita competência. E sua pergunta é importante porque todos sabem da competência do agronegócio brasileiro. E agora, internamente, começamos a amadurecer para isso. Tanto é que todos os candidatos [à presidência] têm procurado o agronegócio, sabendo que ele é a sustentação do País.

GG - Apesar desse interesse há, hoje, uma flagrante desarmonia entre os atores privados e o setor público. Para ficar apenas num exemplo, basta ver que a produção brasileira de grãos duplicou nos últimos dez anos sem uma equivalente expansão da infraestrutura de transporte armazenamento e logística. Na opinião do sr. o que é possível fazer para melhorar essa relação? O governo precisa se aproximar do produtor e/ou vice-versa?

Carvalho - Antes de responder sua pergunta, acho interessante analisar as fases que o mundo passou nesse período todo. Ao olhar o Século XX se vê que, logo após as guerras mundiais, houve uma fase de intensa ação de governo. Foi um período em que o governo passou a ter uma postura de ação na economia muito maior. Tivemos toda a questão da Guerra Fria - onde havia boa parte do mundo que não fazia isso - onde era moderno ter uma IAA [Instituto do Açúcar e do Alcool - autarquia de administração federal], um IBC [Instituto Brasileiro do Café, outra autarquia de administração federal], uma Sudeve. Era moderno ter estruturas assim. De repente, a gente passou a verificar que não era isso. Quer dizer, passamos a viver com a queda do Muro de Berlim, uma mudança radical nesse sentido, passamos a ver que o negócio mesmo é o capitalismo. E no capitalismo o governo tem que ter uma postura diferente: em vez de agir ele tem que orientar. Então veio a Constituição de 1988 no Brasil, que é um marco da mudança. Na Constituição de 1988 a atuação do governo é indicativa, não é de ação. Nós estamos vivendo agora um governo que volta para a ação e não gosta de ser indicativo.

GG - E isso é necessariamente ruim?

Carvalho - Este governo gosta de participar e estamos vendo os resultados que nosso País está obtendo. Isso é uma coisa muito atrasada, algo que ficou no passado. Em lugar nenhum do mundo você consegue discutir esse tema nos dias de hoje. A não ser no Brasil, na Venezuela e na Argentina. Entendemos que nesta fase de mudanças, a revolução para atender o crescimento da demanda por alimentos deve ser feito via tecnologia e mercado e não por ação do governo.

GG - Mas frente esse governo de atuação indicativa, como o sr. colocou, qual a expectativa do setor privado?

Carvalho - Nossa expectativa é de aproximação, de uma maior participação do setor privado nas decisões. Queremos que o governo nos chame mais para conversar. Temos alguns exemplos que nos remetem ao passado. Todas as reuniões, por exemplo, têm que ser decididas em Brasília. Brasília decide as coisas. Como se o mundo no Brasil fosse Brasília. Isso é uma coisa do passado. Peguemos um tema; problemas de relacionamento comercial, por exemplo. O assunto é decidido em Brasília em vez de ser discutido com o setor privado, que é quem produz, que é quem vai buscar o mercado ou precisa dele. Essa relação centralizada em Brasília - que aconteceu muito nestes últimos quatro anos e na qual o setor privado apenas lê pelos jornais aquilo que vai acontecer - é muito atrasada e explica muito porquê o País está nas atuais condições. Nossa expectativa é que isso mude radicalmente. Que o governo seja de fato aquele que tem um plano aprovado pela sociedade que o elegeu e que o executa. Que o setor privado participe ativamente do planejamento e das decisões para que possa agir. Existe uma frase antiga do Peter Drucker [Peter Ferdinand Drucker, escritor, professor, consultor, considerado o pai da administração moderna], um dos grandes administradores, que diz: "Só atua bem aquele que participou de alguma forma da decisão".

GG - O sr. acredita que falta, por parte do governo, garantir segurança jurídica e definir regras claras para a agricultura e a agroindústria?

Carvalho - Sim, e um exemplo claro dessa sua pergunta, que também se relaciona com a anterior, é a questão da logística e da infraestrutura. Estamos vivendo anos e anos e anos num distanciamento enorme entre a realidade da produção - que cresce em função da pujança do setor privado, da tecnologia e da capacidade competitiva da agricultura brasileira - e a da logística e infraestrutura brasileiras, que estão altamente defasadas em pelo menos 20 anos. Nossa maior preocupação nem é a foto, estamos preocupados com o filme.

GG - Como assim?

Carvalho - A foto me mostra a situação agora, a situação atual. O filme continua e daqui a dez anos essa atual defasagem logística de 20 anos pode estar ainda maior. Ou seja, se eu correr para corrigir o atraso de agora, daqui a dez anos eu vou estar, de

novo, 20 anos atrasado. Essa concepção de atuação de governo é o grande buraco que temos. Recentemente participei de uma discussão sobre logística e ficou claro que o grande rombo que temos hoje está nos portos. Os portos estão absolutamente engargalados. Não se tem berços para deter navios, há uma relação econômica complexa, o navio demora a chegar ou ele não chega porque o produto não está lá, etc. Aí se vê que temos problemas nas estradas, nas ferrovias etc. Mas a solução não está em começar [as reformas de infraestrutura] pelas ferrovias para pensar na Ásia. É necessário começar pelos portos e esse é um dado importante. Tenho um buraco grande e temos que agir rápido. Mas não se pode agir só para atender a Ásia de hoje. É preciso atender a Ásia de 2020 ou 2030. Portanto, o investimento é muito maior do que o que estão falando. Isso nos aborrece, porque não se trata de corrigir o passado. Temos que nos preparar para o futuro. Se o Brasil tem no agronegócio um potencial geopolítico de dominância temos que prepará-lo para isso e não olhar para o passado.

GG - E não é isso que acontece...

Carvalho - Não há planejamento. O Brasil funciona através de medidas provisórias, portarias, etc., instrumentos, aliás, que prescindem de aprovação ou discussão no Legislativo. De repente sai uma medida provisória, uma portaria, e o setor tem que correr para se adequar.

GG - A lei que regulamenta a jornada de trabalho dos motoristas profissionais é um exemplo disso que o sr. está falando?

Carvalho - Sim. Então se decidiu que o motorista tem que ter um descanso maior, não pode guiar a noite, tem que exercer sua função por no máximo determinadas horas, etc. Tudo bem, vai lá e baixa a lei. Mas aí o motorista sai na estrada e não há área de descanso, não tem onde parar, e o pior, se parar em qualquer lugar ele corre o risco de ser roubado. Quer dizer, cria-se uma lei que não pode ser cumprida. O Brasil vive essa loucura. Outro problema que vivemos é com as privatizações. Bom, privatização não porque é palavrão, o certo é chamar de concessão. O governo chegou ao ponto de querer limitar a taxa de retorno das empresas interessadas em participar de concessões. Diante dessa postura o que acontece?

GG - Não aparece ninguém...

Carvalho - Ou se aparece é aventureiro. E o Brasil não pode ser feito por aventureiros. Aí a presidente Dilma muda de opinião e começa a achar que é o mercado que tem que definir qual a taxa que vai lhe sensibilizar a participar da concessão ou não. Essa é uma descoberta do século XVIII, mas enfim, ela chegou mais tarde e descobriu isso. E aí mudou. Só que as empresas ficaram temerosas, afinal o que me garante que não haverá mais mudanças de opinião. Tudo isso gera um problema muito grande de confiabilidade.

GG - Para isso seria necessário criar marcos regulatórios que garantissem confiança aos negócios do setor privado?

Carvalho - Marcos regulatórios confiáveis, transparentes. E mais: marcos regulatórios não apenas feitos na umidade relativa baixa de Brasília, mas sim feitos na realidade do Brasil, com a participação do setor e de uma forma realmente democrática.

GG - O sr. tem insistido nesse ponto. O setor não é convidado a participar dessas discussões? São mesmo unilaterais as decisões adotadas pelo atual governo?

Carvalho - Está tudo muito concentrado em Brasília. Esses últimos quatro anos foram um massacre. Todos nós estamos muito assustados. O nível de confiança é baixíssimo. O nível de confiança do agronegócio é baixo demais. O nível de confiança da sociedade de maneira geral caiu muito. Todos os atores da área econômica demonstram um nível de confiança baixíssimo. E não é só no agronegócio, é na indústria, na área de serviços. O País estagnou, os investimentos caíram. A realidade é essa.

GG - Uma das principais críticas do setor ao governo (e não apenas ao atual), é que as políticas públicas para o agronegócio são traçadas por diversos órgãos, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Indústria e Comércio, Assuntos Estratégicos etc. Como o senhor vê essa questão? O que defende a Abag nesse sentido?

Carvalho - Nós da Abag participamos de forma muito ampla e preparamos um documento que foi entregue aos candidatos à presidência da República com uma proposta de governança muito interessante para o setor. Ouvimos a todos, então conseguimos construir um documento comum mostrando para os candidatos qual é a visão do agronegócio brasileiro a respeito dos grandes problemas e das medidas importantes a serem tomadas. Esse é um encaminhamento. E sentimos o retorno dos candidatos durante o Congresso da Abag deste ano. Na ocasião os candidatos puderam se posicionar sobre os principais tópicos do documento apresentado pelo setor privado. Acreditamos ser essa uma forma importante de interagir com os candidatos e com o governo. E se formos analisar, boa parte dos pleitos é muito semelhante ao de dez anos atrás. Ou seja, se avançou muito pouco em relação às demandas do setor.

GG - E em dez anos o mundo mudou bastante...

Carvalho - Sem dúvida, estamos vivendo uma transição impressionante numa série de setores. O que o presidente Lula falou sobre o pré-sal e o que era o pré-sal quando foi lançado, por exemplo, hoje já é bem diferente. Os Estados Unidos vêm aprimorando suas tecnologias para extração do shale gas ou shale oil [gás de xisto/óleo de xisto], que é um produto que tem níveis de custo muito menores, muito mais atrativos e que colocaram "sub judice" uma série de definições anteriores. Então é novamente a

história do filme e da foto. Eu sinto que o governo vive muito a foto. E nessa foto inclui o preconceito e o preconceito é uma coisa danada. O preconceito é uma foto que você gosta demais e carrega o resto da vida sem se importar com a evolução do filme.

GG - O senhor acredita que, independente de quem vencer as próximas eleições presidenciais, será possível ter um Ministério da Agricultura forte e ocupado por uma liderança legitimada pelo setor do agronegócio?

Carvalho - Serei muito honesto nesta resposta, a partir do que o setor ouviu até agora. Da oposição, isto nos foi indicado e compromissado. Inclusive, que haverá a junção de ministérios para a formação de um Ministério da Agricultura forte, resultante de discussões com todo o setor do agronegócio. Do governo que aí está, foi dito o contrário. Tem de haver muitos ministérios mesmos e a escolha é política. Se o atual governo vencer as eleições, acho muito difícil qualquer mudança. Se a oposição ganhar, creio que seja bem possível avançarmos nesta questão.

GG - As atuais pesquisas têm apontado uma polarização entre a presidente Dilma Rousseff e a candidata Marina Silva. Para o agronegócio qual seria a candidatura mais adequada?

Carvalho - De todos os candidatos ouvidos pelo setor, o discurso mais adequado é o do Aécio Neves. O segundo mais adequado é o da Marina Silva, exatamente porque ela vem discutindo toda esta temática conosco e também possui em sua equipe pessoas que conhecem a importância do agronegócio para o País. Mesmo na área macroeconômica, sua equipe é formada por pessoas que entendem muito mais o Brasil do que os que estão no governo hoje. Pensando nas equipes e nos discursos, os da oposição são melhores ao agronegócio.

GG - A Marina tem um passado ambientalista, inclusive com fortes ruzgas com o setor. Isto não seria um empecilho para o entendimento?

Carvalho - Até o momento tivemos apenas um encontro com ela. Estamos programando outros, principalmente para compreender o programa de governo dela no que tange ao agronegócio. O setor leu e estudou o programa. Entendemos que ele ainda tem alguns pontos que podemos chamar de atrasados. Por exemplo, o programa da candidata Marina traz um item que trata da avaliação dos índices de produtividade em propriedades rurais. Se uma determinada propriedade registrar índices abaixo do que o governo considera como bons ou mínimos, ela automaticamente estaria disponível para fins de reforma agrária. Isto é alguma coisa do Século XVI. Não faz o menor sentido; creio que pela inteligência dela e qualificação de sua equipe, isto será retirado do programa. Ouvimos inclusive que durante as discussões do segundo turno o programa dela será todo reajustado. Então, eu acredito que este item será retirado porque é um absurdo.

GG - Por que o senhor afirma isto?

Carvalho - Por uma série de questões. Primeiro, pelos próprios ambientes de produção. No mundo tropical se tem uma colcha de retalhos. Basta andar 50 quilômetros para encontrar duas propriedades completamente diferentes, com produtividades totalmente distintas. Resultado da qualidade do solo, do clima, tecnologia aplicada, etc. Como é possível penalizar uma em detrimento da outra? É algo absurdo, sem o menor embasamento técnico. É este tipo de coisa que faz com que o programa da Marina Silva seja pior do que o do candidato Aécio Neves, por exemplo. No dele não há este tipo de deslize. Já o programa da outra candidata [Dilma Rousseff], é o que está aí. Como não há programa, entendemos que o que está em execução é o que fica. E este que está o setor não gosta. Portanto, preferimos outro.

GG - Nos últimos 25 anos o governo federalizou quase 35% do território nacional, destinando-o para unidades de conservação, terras indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos de reforma agrária. Como o senhor vê este avanço e quais os impactos para o agronegócio?

Carvalho - Esta pergunta se relaciona com um tema que falamos a pouco, que é a questão da insegurança jurídica. Quando algo é deixado de maneira subjetiva, ele se traduz em insegurança. Por exemplo, imaginemos que em Brasília esteja em discussão uma política ou um projeto de lei determinando: quando um fiscal do governo caracterizar uma propriedade como detentora de trabalho escravo, esta pode ser desapropriada imediatamente. O que é subjetivo nesta história? A mão-de-obra escrava. Qual o conceito definidor disto? A lei tem de ser muito clara sobre o que é trabalho escravo. É apenas um exemplo, mas ele serve para todas as situações. Surge uma nova comunidade indígena. É destinada a eles uma área igual a da Costa Rica. No passado esteve aqui um grupo quilombola, outro exemplo. Vem o governo e demarca uma nova área quilombola. O interessante é que normalmente são áreas muito boas para a agricultura.

GG - A falta de regras claras para este tipo de questão fundiária espanta os investidores?

Carvalho - Quem pensa em investir fica aterrorizado. Gera uma insegurança muito grande nos atores do capital. O Brasil é riquíssimo em recursos naturais, mas não em capitais. Só que o capital apenas virá para cá se houver segurança jurídica na sua aplicação. Caso contrário, não. Este é o ponto. Queremos que esta insegurança jurídica acabe. Não há nenhum país do mundo fazendo isto. Só o Brasil. É algo muito estranho. Um processo ideológico atrasado e até desmoralizante do ponto de vista internacional.

GG - Uma forte característica deste novo momento da economia mundial é a reorganização dos acordos mundiais de comércio. Podem-se citar os acordos bilaterais que os Estados Unidos vêm procurando firmar com a União Europeia e com os países

asiáticos do Pacífico. Nos últimos dez anos o Brasil tem optado por não fechar acordos bilaterais. Na opinião do senhor, quais desafios uma eventual aprovação destes acordos de livre comércio negociados pelos Estados Unidos impõem ao Brasil?

Carvalho - Este é um dos maiores erros cometidos pela política brasileira. Ficamos agarrados ao Mercosul, que tem outros interesses e problemas. O Brasil possui uma dimensão maior do que aqueles problemas que seguram nossa evolução. Por exemplo, o acordo Mercosul-União Europeia. A sua viabilização depende essencialmente de uma realidade que possa mudar na Argentina. Não conseguimos andar porque temos de esperar por uma solução do problema argentino. Estou dando um exemplo muito claro. Em nossa avaliação, todos os acordos bilaterais deram uma força enorme para nossos vizinhos andinos e para o México. Todos eles estão construindo estados excepcionais, que vão avançar muito. Enquanto isto, o Brasil não tem feito nada.

GG - O Brasil está muito preso ao Mercosul?

Carvalho - Ao examinar a balança comercial brasileira em sua relação com o mundo rico, verificamos que o País perdeu muito espaço. É perceptível que o Brasil está se tornando muito dependente de parceiros com economias sensíveis e que o deixam muito exposto. Basta conversar com o pessoal da indústria automobilística. Aproximadamente 85% das exportações brasileiras de automóveis são para a Argentina. Quando eles fecham as portas, estes veículos ficam em São Bernardo [na Grande São Paulo] lotando morro por aí. Por que isto? Porque realmente não estamos abertos ao mundo. O Brasil precisa se abrir e a forma de fazermos isto é por meio de acordos bilaterais. De repente sai este acordo transatlântico [entre Estados Unidos e União Europeia] e o País ficará a parte deste comércio, criando sérias limitações. Não vejo a menor necessidade disto. É necessária esta abertura para outros países. O Brasil não se propõe a coisas como construir um porto em Cuba? Que o faça em outros países também.

GG - Gostaria de tocar em outro tema, que é a questão da defesa sanitária animal e vegetal. Frente à importância econômica e social do agronegócio, o Brasil dá a devida atenção a sua defesa sanitária?

Carvalho - Não, embora seja um tema de alta relevância. Um dos maiores problemas que temos no agronegócio é que de repente chega uma lagarta, como a *Helicoverpa armigera* [identificada recentemente, ela tem alto poder de destruição, afetando principalmente lavouras de milho, soja e algodão], ou uma doença e provoca enormes prejuízos. Estas ocorrências se dão de forma muito mais veemente no nosso mundo tropical do que no mundo que neva. Onde há neve, ela literalmente esconde estas pragas. Aqui não temos isto. As pragas surgem e proliferam muito rapidamente porque encontram condições bem mais favoráveis. Defesa sanitária animal e vegetal deveria ser prioridade absoluta e ter uma estrutura muito maior do que a existente hoje. É

uma área que precisa urgentemente de uma completa reforma, maior valorização e de mais recursos. É premente começarmos a organizar estas coisas do ponto de vista de gestão de governo. Uma suposição. Vamos dizer que eu seja a Basf ou Bayer e dê início a um trabalho com foco na questão da sustentabilidade na Alemanha. Vou alterar minha linha de produtos, retirando os que eu não uso mais e lançando novos. Só que estes produtos que não utilizo mais, no Brasil eles não foram nem aprovados ainda. Por que não foram aprovados? Porque aqui no País existe uma coisa chamada de Triângulo das Bermudas, formado pelo Ministério da Agricultura, Anvisa e Ibama. Cada um ocupando uma das pontas deste triângulo; e tudo o que cai ali some. São três anos para aprovação de uma molécula. Em um País com esta complexidade de temperatura, precipitação, enfim, com o clima de maneira geral, isto nunca poderia ocorrer.

GG - Por que isto ocorre?

Carvalho - O Brasil não dá a mínima importância a este tema, que é transcendental. Ele é relevante inclusive para a área econômica. Sem determinado status sanitário, não se abre nenhum mercado internacional importante. Temos dado atenção para coisas inacreditáveis. Vou te dar um exemplo que para mim é difícil de aceitar. Neste ano, o subsídio total dado pelo governo federal para a energia elétrica, gasolina e diesel será de R\$ 80 bilhões. É energia; é combustível. Aí você vai para o setor do agronegócio da cana. A dívida acumulada dos últimos 20 anos está em R\$ 60 bilhões. Imagine o impacto favorável para a sociedade gerado por este subsídio. Agora, pense na correção da política errada que levou a esta situação. Se ela não tivesse sido feita, o que significaria de ganho para a sociedade. Este é um exemplo gritante de como se faz mau uso dos recursos e da política pública neste País.

GG - A Embrapa e outras instituições de pesquisa foram fundamentais para o desenvolvimento de tecnologias agropecuárias no País. Mas, do ponto de vista futuro, hoje há políticas públicas que deem o suporte necessário para o contínuo desenvolvimento de novas tecnologias voltadas ao campo?

Carvalho - O País do futuro no campo do agronegócio não está sendo preparado. Os institutos de pesquisa e desenvolvimento no Brasil estão absolutamente esquecidos. No Estado de São Paulo temos o exemplo do Instituto Agrônomo de Campinas, um marco na história agrícola deste País, que está completamente esquecido. A Embrapa está com dificuldades enormes de orçamento, devido aos cortes. O próprio Ministério da Agricultura tem um orçamento baixíssimo perto de outros ministérios que não têm a mesma importância econômica e social. Não há coordenação. O Brasil está respondendo com sucesso ao que fez no passado, mas tem de se preparar para o futuro, para o que virá a fazer. Para isto, é preciso de pesquisa e desenvolvimento. O setor privado também precisa ampliar seus investimentos nesta área. Mas, sobretudo, é necessário que o governo dê atenção a esta questão. O Brasil só vai se distinguir de

seus competidores no campo do agronegócio em função da tecnologia. E isto requer investimento.

GG - Nos Estados Unidos de 80% a 90% de sua área agrícola é protegido por seguro rural. No Brasil, este percentual é de apenas 6%. Por que no País este tipo de proteção é pouco contratado? Há dificuldades na contratação ou não se dispõe de um programa de seguro rural eficiente?

Carvalho - Não há um programa e não é prioritário que se tenha um programa. Quando é definido algo a ser feito, você faz. O seguro rural poderia estar funcionando. É a falta do seguro rural que faz com que os agricultores gaúchos, que há três/quatro anos enfrentaram uma seca terrível, estejam endividados até a alma, sendo eventualmente chamados de caloteiros pelo governo. Enquanto isto, os mesmos agricultores, só que falando inglês nos Estados Unidos, estão todos muito fortes, mesmo depois de viverem dois anos atrás uma seca responsável por exterminar a lavoura norte-americana. O seguro rural cobriu o prejuízo deles. É um claro exemplo da ausência de uma política reclamada por todo o setor há anos, mas que não se consolida. Não adianta vir com o argumento da falta de mecanismos. Eles estão presentes no mundo todo. Basta ir para os Estados Unidos, copiar e adequar o existente lá para a nossa realidade. É tudo uma questão de prioridade. O agronegócio não é prioritário para este atual governo; por isto estamos desse jeito (Esta entrevista faz parte da edição 2014 do Guia Gessulli da Avicultura e Suinocultura Industrial)